

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo? ⁱ	Sim	Fl. 31
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ⁱⁱ	Sim	Fl. 01 a 151
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ⁱⁱⁱ	Não	–
Consta documento de formalização de demanda? ^{iv}	Sim	Fl. 29 a 31
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ^v	Não se aplica	–
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? ^{vi}	Não se aplica	–
Há Estudo Técnico Preliminar? ^{vii}	Não se aplica	–
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? ^{viii}	Não se aplica	–
Há Análise de Riscos? ^{ix}	Não	–
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? ^x	Não se aplica	–
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ^{xi}	Não se aplica	–
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? ^{xii}	Sim	Fl. 18
Há termo de referência? ^{xiii}	Sim	Fl. 17 a 28
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ^{xiv}	Sim	–
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	Fl. 17 a 28
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? ^{xv}	Não se aplica	–

Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? ^{xvi}	Sim	FL. 27
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Não se aplica	Objeto da contratação não se enquadra como atividade de custeio.
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ^{xvii}	Não se aplica	—
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários? ^{xviii}	Não se aplica	—
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? ^{xix}	Não se aplica	Artigo 6 da Lei nº 10.522 de 19 de Julho de 2002
Houve a autorização da autoridade competente? ^{xx}	Sim	FL. 31
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade? ^{xxi}	Não	—

- i Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”
- ii Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21
- iii Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21
- iv O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.
- v . Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do *caput* do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.
- vi Art. 18 da Lei 14133/21
- vii Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21
- viii Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.
- Obs.: os incisos obrigatórios são:
- “I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- [...]
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- [...]
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- [...]
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- [...]
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”
- ix Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.
- x Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.
- xi Art. 18, §2º, da Lei 14133/21
- xii Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21
- Obs.: Recomenda-se a consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.
- xiii Art. 72, I, da Lei 14133/21
- xiv Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
- xv Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
- xvi Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21
- xvii Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.
- xviii Art. 72, V, da Lei 14133/21.
- Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos:

“Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.” A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:

- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).
- ^{xix} Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.
- ^{xx} Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021
- ^{xxi} Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021

Aviso de
**CONTRATAÇÃO
DIRETA**

90285 /2025

CONTRATANTE (UASG)

Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande
5º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais

OBJETO

Aquisição de matrículas em curso de capacitação profissional

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.578,00

DATA DA SESSÃO

De **04/2025**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	4
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	5
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	6
5. FASE DE LANCES.....	8
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. HABILITAÇÃO	10
8. CONTRATAÇÃO	13
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM RIO GRANDE
5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90285/2025

Torna-se público que o Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande, por meio da Seção de Intendência, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: ABR2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00 hs

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação de curso de capacitação profissional para o NFRN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por

eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.4. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.4.1. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.2. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.4.2.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.2.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.4.2.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.4.2.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.2.8. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4.4. sociedades cooperativas.

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1.** Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 5.1.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.3.1.** Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4.** Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 4 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1.** SICAF;
- 5.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- 5.4.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6.** Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 5.6.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 5.6.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7.** Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1.** contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.9.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo determinado pelo agente de contratação, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

- 6.6.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8.** O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.8.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.9.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.10.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10(dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- 7.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio

entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 12 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12 a 13;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12 a 12 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12 a 13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

- 8.10.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11.** as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- 9.1.1.** republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.1.2.** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2.As providências dos subitens 14 e 14 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4.Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8.As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

LEONARDO RANGEL BARBOSA
Capitão de Corveta (FN)
Ordenador de Despesas Substituto da OMAp



MARINHA DO BRASIL
5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAI
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II
DISPENSA ELETRÔNICA Nº90285/2025
(Processo Administrativo n.º 63199.001068/2025-12)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de matrículas no curso de capacitação profissional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	OPERAÇÕES DE PREPARAÇÃO E SOLDAGEM NO PROCESSO MAG - Realiza o ajuste de grandezas elétricas em equipamentos de soldagem MAG em função das características da fonte e recomendações do fabricante; Realizar a montagem de corpos de prova a partir de especificações estabelecidas em desenhos técnicos; Classificar, pelos sentidos da visão e do tato, metais de base a partir de suas características e propriedades; Realizar limpeza e biseis em metais de base, utilizando tecnologias e processos para eles indicados e seguindo critérios pré-estabelecidas; Acompanhar processos de preparação de juntas para a soldagem; Realizar, quando viável, pequenas operações de preparação de juntas para a soldagem, considerando diferentes tecnologias e tipos de juntas; Ajustar fontes de soldagem pela regulagem de parâmetros; Executar soldagens no processo MAG em juntas de topo e ângulo na posição plana e em juntas de ângulo na posição horizontal; Selecionar consumíveis em função do processo de	15431	02	R\$ 1.494,00	R\$ 2.988,00

	soldagem a ser executado e com referência nos requisitos estabelecidos na documentação técnica; Realizar medições lineares e angulares em conjuntos montados pela utilização dos instrumentos; Ajustar a vazão de gás de proteção em fontes de soldagem MAG pela utilização de fluxômetro de bocal, considerando, como referência, as especificações estabelecidas na documentação técnica; Aplicar os princípios de saúde e segurança na realização de atividades relacionadas a processos de soldagem; Manter locais de trabalho e equipamentos limpos e organizados, considerando critérios de segurança e de produtividade.				
2	TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO EM MECÂNICA INDUSTRIAL - Organizar o posto de trabalho, atendendo os requisitos de higiene, segurança e qualidade do trabalho estabelecido; Utilizar os EPIs indicados para as operações de manutenção industrial; Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de componentes e peças empregadas em conjuntos mecânicos de máquinas e equipamentos industriais; Manipular os diferentes tipos de componentes e peças aplicados em máquinas e equipamentos industriais; Identificar visualmente os diferentes sistemas que constituem as máquinas e equipamentos industriais, suas principais características e funções, considerando características físicas e aplicações; Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas em manutenções corretivas de máquinas e equipamentos industriais; Realizar operações básicas de montagem e desmontagem de conjuntos mecânicos pela utilização dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas na manutenção corretiva de máquinas e equipamentos, atendendo a	15431	01	R\$ 590,00	R\$ 590,00

	sequência de etapas estabelecida em manuais técnicos de fabricantes; Posicionar os componentes no conjunto a ser montado, considerando a sequência de montagem e o sentido estabelecidos na documentação técnica de referência; Desmontar e montar conjuntos mecânicos de baixa complexidade, observando a sequência de processo estabelecida e as indicações da documentação técnica de referência; Aplicar diferentes técnicas de limpeza superficial de peças e componentes dedicados à manutenção industrial; Descartar resíduos gerados em processos e operações de montagem e desmontagem em conformidade com as recomendações e procedimentos e normas técnicas estabelecidas; Diferenciar lubrificantes pela observação visual das características físicas indicadas em catálogos e manuais; Aplicar lubrificantes e vedantes em componentes e conjuntos mecânicos durante o processo de montagem, considerando as recomendações técnicas e requisitos de funcionamento dos conjuntos mecânicos; Realizar registros de solicitações e o preenchimento de ordens de serviços de manutenções realizadas em documentos físicos ou digitais padronizados.				
--	--	--	--	--	--

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa da contratação tem por finalidade capacitar os alunos pertencentes ao NFRN.

2.2. A justificativa da razão da escolha da contratada, se faz de maneira que a contratada seja do ramo pertinente ao objeto pretendido, apresente toda documentação referente a habilitação conforme o disposto no Anexo I do Aviso de dispensa eletrônica e que ofereça o menor preço dentre aqueles que participaram da fase de disputa da dispensa eletrônica o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração.

2.3. Como regra geral o meio de aferir o preço está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas, de acordo com a instrução Normativa nº 65 de 7 de julho de 2021, de modo que os preços praticados pelos fornecedores sejam compatíveis com valor de mercado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. Sustentabilidade:

4.1. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

4.2. Qualquer divergência entre o catálogo de serviço(CATSER) e a descrição do objeto, a Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada no Termo de Referência.

5. Subcontratação

1.2. Não é admitida a subcontratação do objeto da dispensa de licitação.

6. Garantia da contratação

1.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2. EXECUÇÃO DO OBJETO

7. Condições de Entrega

2.1. O prazo de execução total dos serviços será mediante conclusão das 60 e 48 horas aula respectivamente, contados do início ao término de cada curso. A contratação das matrículas será em remessa única por meio de Nota de Empenho.

2.2. Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.3. **A instituição de ensino deverá disponibilizar instrutor capacitado, materiais didáticos, e laboratório para aulas práticas na cidade de Rio Grande-RS**, a fim de viabilizar o acesso dos alunos matriculados oriundos desta cidade, nos referidos cursos.

2.4. Para o correto acompanhamento da contratação, a **Contratante poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos cursos, após iniciado os referidos cursos, **solicitar** uma declaração de matrícula do aluno no referido curso, uma ficha de presença do aluno no referido curso, fotos dos alunos durante atividades em sala de aula e no laboratório, uma fotocópia do certificado após a conclusão do referido curso.

2.5. Este órgão poderá enviar pessoal para vistoriar local de realização de curso na fase de cadastro a aceitação de proposta, que iniciar-se-á no dia útil seguinte a publicação do Aviso de Dispensa Eletrônica, estendendo-se até o dia da aceitação final da proposta.

2.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3. GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8. Fiscalização Técnica

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

3.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

3.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

9. Gestor do Contrato

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10. Recebimento

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. Liquidação

4.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

4.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 4.10.1. o prazo de validade;
- 4.10.2. a data da emissão;
- 4.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 4.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 4.10.5. o valor a pagar; e
- 4.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade,

tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12. Prazo de pagamento

4.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

4.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

13. Forma de pagamento

4.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.24. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

14. Forma de fornecimento

5.2. O fornecimento do objeto será integral.

15.

16. Exigências de habilitação

5.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

5.4. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

5.5. *Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

5.6. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

5.7. *O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*

5.8. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*

5.9. *É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*

5.10. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*

5.11. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

5.12. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

5.13. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

17. Habilitação jurídica

5.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 5.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 5.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 5.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 5.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 5.22. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 5.23. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 5.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 18. Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 5.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.31. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.578,00 (Três mil quinhentos e setenta e oito reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

7.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 785200;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 228671;
- IV) Elemento de Despesa: 349039;
- V) Plano Interno: S409RN0Z9B6.

ELABORADO POR:

Rio Grande, RS, em 14 de abril de 2025.

RENNARA HERCULANO RUFINO MOREIRA

Primeiro Tenente (RM2-T)

Enc. da Seção de Ap., Planej. e Cont. de Instrução do NFRN

1. **Autorizado por:** autorizo abertura de processo de dispensa eletrônica, com fulcro no inciso ii do art. 75 da lei nº 14.133/2021 e no termo do inciso ii do art. 4º da instrução normativa seges/me nº 67/2021, para contratação de cursos de capacitação profissional para os alunos do NFRN em: Operações de preparação e soldagem no processo MAG; Técnicas de manutenção em mecânica industrial.

Rio Grande, RS, em ____ de _____ de 2025.

LEONARDO RANGEL BARBOSA
Capitão de Corveta (FN)
Ordenador de Despesas substituto da OMap

MARINHA DO BRASIL
5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

Dispensa Eletrônica - Quando Utilizar

Previsto no Art.75, incisos I e II da Lei 14.133/2021.

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

5ºBtlOpLitFN: 5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Núcleo de Formação de Reservistas Navais

Responsável pela Demanda: 3ºSG-FN-AT ELDER DA COSTA RIBEIRO Telefone: (21) 97112-0422

1. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico da OM.

A justificativa da compra das matrículas tem por finalidade capacitar os militares pertencentes ao NFRN, do 5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS.

2. Quantidade de material a ser adquirido

- 3 matrículas

3. Descrição detalhada do item a ser adquirido.

- 2 vagas:

OPERAÇÕES DE PREPARAÇÃO E SOLDAGEM NO PROCESSO MAG - 60 horas aula; Realiza o ajuste de grandezas elétricas em equipamentos de soldagem MAG em função das características da fonte e recomendações do fabricante; Realizar a montagem de corpos de prova a partir de especificações estabelecidas em desenhos técnicos; Classificar, pelos sentidos da visão e do tato, metais de base a partir de suas características e propriedades; Realizar limpeza e biseis em metais de base, utilizando tecnologias e processos para eles indicados e seguindo critérios pré-estabelecidas; Acompanhar processos de preparação de juntas para a soldagem; Realizar, quando viável, pequenas operações de preparação de juntas para a soldagem, considerando diferentes tecnologias e tipos de juntas; Ajustar fontes de soldagem pela regulagem de parâmetros; Executar soldagens no processo MAG em juntas de topo e ângulo na posição plana e em juntas de ângulo na posição horizontal; Selecionar consumíveis em função do processo de soldagem a ser executado e com referência nos requisitos estabelecidos na documentação técnica; Realizar medições lineares e angulares em conjuntos montados pela utilização dos instrumentos; Ajustar a vazão de gás de proteção em fontes de soldagem MAG pela utilização de fluxômetro de bocal, considerando, como referência, as

especificações estabelecidas na documentação técnica; Aplicar os princípios de saúde e segurança na realização de atividades relacionadas a processos de soldagem; Manter locais de trabalho e equipamentos limpos e organizados, considerando critérios de segurança e de produtividade.

-1 vaga:

TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO EM MECÂNICA INDUSTRIAL – 48 horas aula; Organizar o posto de trabalho, atendendo os requisitos de higiene, segurança e qualidade do trabalho estabelecido; Utilizar os EPIs indicados para as operações de manutenção industrial; Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de componentes e peças empregadas em conjuntos mecânicos de máquinas e equipamentos industriais; Manipular os diferentes tipos de componentes e peças aplicados em máquinas e equipamentos industriais; Identificar visualmente os diferentes sistemas que constituem as máquinas e equipamentos industriais, suas principais características e funções, considerando características físicas e aplicações; Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas em manutenções corretivas de máquinas e equipamentos industriais; Realizar operações básicas de montagem e desmontagem de conjuntos mecânicos pela utilização dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas na manutenção corretiva de máquinas e equipamentos, atendendo a sequência de etapas estabelecida em manuais técnicos de fabricantes; Posicionar os componentes no conjunto a ser montado, considerando a sequência de montagem e o sentido estabelecidos na documentação técnica de referência; Desmontar e montar conjuntos mecânicos de baixa complexidade, observando a sequência de processo estabelecida e as indicações da documentação técnica de referência; Aplicar diferentes técnicas de limpeza superficial de peças e componentes dedicados à manutenção industrial; Descartar resíduos gerados em processos e operações de montagem e desmontagem em conformidade com as recomendações e procedimentos e normas técnicas estabelecidas; Diferenciar lubrificantes pela observação visual das características físicas indicadas em catálogos e manuais; Aplicar lubrificantes e vedantes em componentes e conjuntos mecânicos durante o processo de montagem, considerando as recomendações técnicas e requisitos de funcionamento dos conjuntos mecânicos; Realizar registros de solicitações e o preenchimento de ordens de serviços de manutenções realizadas em documentos físicos ou digitais padronizados.

4. Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Termo de Referência/Projeto Básico (caso haja)

Devido ao valor do objeto a ser adquirido/contratado, encontrar-se dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do Art. 75, da Lei 14.133/2021 e tendo como base os princípios da eficiência, da eficácia, da celeridade e da economicidade, optou-se por dispensar a confecção de tais documentos.

5. As despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira e correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025, no valor estimado de R\$ 3.578,00 por meio da seguinte classificação orçamentária:

5.1. Ação Interna: S409RN0Z9B6; 5.2. Fonte de Recursos (FR): 1000000000; 5.3. Natureza de Despesa (ND): 349039; 5.4. Unidade Orçamentária (UO): 785200; 5.5. Programa de Trabalho (PT): 228671; e 5.6. Código PDM: 929.		
6. Estimativa da Despesa		
A estimativa da despesa tomou como base os orçamentos em Anexo.		
	SIM	NÃO
6.1. O valor da contratação está abaixo de R\$ 62.725,59/125.451,15?	X	
6.2. Em 12 meses este item será comprado novamente?		X
6.3. Se a resposta ao item anterior for positiva, essa nova contratação ultrapassará o valor de R\$ 62.725,59/125.451,15?		X
7. Parecer Jurídico		
Conforme previsto no Art. 2º, da instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021: "Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação."		
8. Requisitos de Habilitação		
Será realizada a verificação no SICAF e sistemas correlatos, após a fase de lances, de forma a buscar comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.		
9. Razão de escolha do contratado		
A escolha do contratado basear-se-á na seleção da proposta economicamente mais vantajosa para a administração após a fase de lances.		
10. Justificativa do Preço		
O preço será escolhido dentre a proposta mais vantajosa do certame, devendo este estar compatível com o praticado no mercado.		

11. Indicação dos responsáveis pela fiscalização/recebimento

Gestor: 1º TEN (RM2-T) RENNARA HERCULANO RUFINO MOREIRA

Fiscal Técnico: 3ºSG-FN-AT ELDER DA COSTA RIBEIRO

Fiscal Administrativo: 3ºSG-FN-AT ELDER DA COSTA RIBEIRO

Local, RS, em 14 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente
 RENNARA HERCULANO RUFINO MOREIRA
Data: 14/04/2025 18:40:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RENNARA HERCULANO RUFINO MOREIRA

Primeiro Tenente (RM2-T)

Enc. da Seção de Ap., Planej. e Cont. de Instrução do NFRN

Tomando como base os requisitos e pressupostos apresentados, AUTORIZO a contratação por meio da Dispensa Eletrônica.

Local, RS, em de de 2025.

LEONARDO RANGEL BARBOSA

Capitão de Corveta (FN)

Ordenador de Despesas substituto da OMap

MARINHA DO BRASIL
GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DO RIO GRANDE
REQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS E COMPARATIVO DE PREÇOS

5ºBtlOpLitFN 50-01F
Anexo D

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT/CATSER	QTD	UF	PRIORIDADE 3		Preço estimado (menor)	Total do item
					SENAI CNPJ: 33.564.543/0001-90	Painel de Preços		
1	CURSO PROFISSIONALIZANTE – OPERAÇÕES DE PREPARAÇÃO E SOLDAGEM NO PROCESSO MAG	15431	2	Mtcl	R\$ 1.494,00	R\$ 1.602,08	R\$ 1.494,00	R\$ 2.988,00
2	CURSO PROFISSIONALIZANTE – TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO EM MECÂNICA INDUSTRIAL	15431	1	Mtcl	R\$ 590,00	R\$ 1.602,08	R\$ 590,00	R\$ 590,00
TOTAL								R\$ 3.578,00

Local e data: Rio Grande, 14 de abril de 2025.

Assinatura do responsável pela pesquisa de preços:



Documento assinado digitalmente

ELDER DA COSTA RIBEIRO

Data: 14/04/2025 14:11:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Responsável pelo Setor solicitante:

Dados do Orçamento

Oportunidade: SENAI-BALCÃO

Data Emissão: 07/04/2025

Validade: 30 dias

Responsável Comercial: Eduardo Gomes

Telefone: (53)99200-4200

E-mail: eduardo.morais@senairs.org.br

Dados do Contratante

Razão Social: COMANDO DA MARINHA

CNPJ: 00.394.502/0199-10

Município: RIO GRANDE

UF: Rio GRANDE

Serviço(s)

TÉCNICAS DE MANUTENÇÃO EM MECÂNICA INDUSTRIAL

- Organizar o posto de trabalho, atendendo os requisitos de higiene, segurança e qualidade do trabalho estabelecido.
- Utilizar os EPIs indicados para as operações de manutenção industrial.
- Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de componentes e peças empregadas em conjuntos mecânicos de máquinas e equipamentos industriais.
- Manipular os diferentes tipos de componentes e peças aplicados em máquinas e equipamentos industriais.
- Identificar visualmente os diferentes sistemas que constituem as máquinas e equipamentos industriais, suas principais características e funções, considerando características físicas e aplicações.
- Identificar visualmente características físicas e aplicações dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas em manutenções corretivas de máquinas e equipamentos industriais.
- Realizar operações básicas de montagem e desmontagem de conjuntos mecânicos pela utilização dos diferentes tipos de equipamentos e ferramentas empregadas na manutenção corretiva de máquinas e equipamentos, atendendo a sequência de etapas estabelecida em manuais técnicos de fabricantes.
- Posicionar os componentes no conjunto a ser montado, considerando a sequência de montagem e o sentido estabelecidos na documentação técnica de referência.

- Desmontar e montar conjuntos mecânicos de baixa complexidade, observando a sequência de processo estabelecida e as indicações da documentação técnica de referência.
- Aplicar diferentes técnicas de limpeza superficial de peças e componentes dedicados à manutenção industrial.
- Descartar resíduos gerados em processos e operações de montagem e desmontagem em conformidade com as recomendações e procedimentos e normas técnicas estabelecidas.
- Diferenciar lubrificantes pela observação visual das características físicas indicadas em catálogos e manuais.
- Aplicar lubrificantes e vedantes em componentes e conjuntos mecânicos durante o processo de montagem, considerando as recomendações técnicas e requisitos de funcionamento dos conjuntos mecânicos.
- Realizar registros de solicitações e o preenchimento de ordens de serviços de manutenções realizadas em documentos físicos ou digitais padronizados.

Informações de Atendimento

Local de execução: Av: Portugal, 184

Turnos: Noite

Carga horária: 48

Número de alunos: 1

Frequência mínima: 75%

Público beneficiado: Indicados pela contratante

Valor do Serviço

R\$ 590,00 por aluno*

***Turma prevista para iniciar em 09/07/2025. A abertura da turma está sujeita ao número mínimo de alunos estipulado pela unidade**

OPERAÇÕES DE PREPARAÇÃO E SOLDAGEM NO PROCESSO MAG

- Localizar, na história, o surgimento, a evolução e a aplicação do processo de soldagem MAG.
- Realiza o ajuste de grandezas elétricas em equipamentos de soldagem MAG em função das características da fonte e recomendações do fabricante.
- Realizar a montagem de corpos de prova a partir de especificações estabelecidas em desenhos técnicos.

- Classificar, pelos sentidos da visão e do tato, metais de base a partir de suas características e propriedades.
- Realizar limpeza e biseis em metais de base, utilizando tecnologias e processos para eles indicados e seguindo critérios pré-estabelecidas.
- Acompanhar processos de preparação de juntas para a soldagem;
- Realizar, quando viável, pequenas operações de preparação de juntas para a soldagem, considerando diferentes tecnologias e tipos de juntas.
- Ajustar fontes de soldagem pela regulagem de parâmetros.
- Executar soldagens no processo MAG em juntas de topo e ângulo na posição plana e em juntas de ângulo na posição horizontal.
- Selecionar consumíveis em função do processo de soldagem a ser executado e com referência nos requisitos estabelecidos na documentação técnica.
- Realizar medições lineares e angulares em conjuntos montados pela utilização dos instrumentos.
- Ajustar a vazão de gás de proteção em fontes de soldagem MAG pela utilização de fluxômetro de bocal, considerando, como referência, as especificações estabelecidas na documentação técnica.
- Aplicar os princípios de saúde e segurança na realização de atividades relacionadas a processos de soldagem.
- Manter locais de trabalho e equipamentos limpos e organizados, considerando critérios de segurança e de produtividade.

Informações de Atendimento

Local de execução: Av: Portugal, 184

Turnos: Noite

Carga horária: 60

Número de alunos: 1

Frequência mínima: 75%

Público beneficiado: Indicados pela contratante

Valor do Serviço

R\$1.494,00

***Turma prevista para iniciar em 05/05/2025. A abertura da turma está sujeita ao número mínimo de alunos estipulado pela unidade**

Aceite

Após a sinalização do aceite deste orçamento, será enviada proposta formal com detalhamento de atendimento, pagamento e cláusulas contratuais.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
EDUARDO GOMES DE MORAIS
Data: 07/04/2025 08:57:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eduardo Gomes de Moraes

AGENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO

eduardo.morais@senairs.org.br

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

www.fiergs.org.br

**MARINHA DO BRASIL
5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORÂNEAS DE FUZILEIROS NAVAIS
SEÇÃO DE INTENDÊNCIA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

**JUSTIFICATIVA PARA A METODOLOGIA UTILIZADA
PARA COMPOR PESQUISA DE MERCADO**

De acordo com o disposto no § 1º, do art. 6º, da IN 65/2021, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, participo que o Mapa Comparativo de Preços, referente a contratação de cursos de capacitação profissional, que será empregado para capacitação dos alunos do Núcleo de Formação de Reservistas Navais do 5º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (5ºBtlOpLitFN), em caráter excepcional, deste Órgão. De acordo com a especificação do item mencionado no Mapa Comparativo de Preços, foi confeccionado por meio de pesquisas realizadas no comércio da cidade e sítios eletrônicos.

Rio Grande, em ____ de _____ de 2025.

LEONARDO RANGEL BARBOSA
Capitão de Corveta (FN)
Ordenador de Despesas Substituto OMap



MARINHA DO BRASIL
5º BATALHÃO DE OPERAÇÕES LITORANEAS DE FUZILEIROS NAVAIS

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE LIMITE DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO

A luz do Art. 4º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021, declaro que:

1) O objeto da contratação referente a SOLEMP /2025, no valor de R\$ 3.578,00 possui seguintes enquadramentos no **Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Material do Governo federal / Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo federal (NR)**:

ITEM	Objeto	PDM/ CATSER/ CATMAT	Descrição do PDM/CATSER/CATMAT	Valor	Saldo Disponível
1	Contratação de matrícula em curso de capacitação profissional: Operações de preparação e Soldagem no processo MAG	15431	Contratação de matrículas em curso de capacitação profissional.	R\$ 2.988,00	R\$ 59737,59
2	Contratação de matrícula em curso de capacitação profissional: Técnicas de manutenção em Mecânica industrial	15431	Contratação de matrículas em curso de capacitação profissional.	R\$ 590,00	R\$ 59147,59

2) O(s) PDM/CATSER indicado(s) na tabela acima está(ão) alinhado(s) com a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor no SICAF.

Rio Grande - RS, em ____ de _____ de 2025.

LEONARDO RANGEL BARBOSA
Capitão de Corveta (FN)
Ordenador de Despesas Substituto OMap



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/04/2025 10:44:17

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional**
CNPJ: **33.564.543/0001-90**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 33.564.543/0001-90 DUNS®: 899500755
Razão Social: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 25/06/2025
Natureza Jurídica: **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	11/05/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	05/05/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/01/2025 (*)
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 785200 - GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DO RG/RS

DISPENSA 90285/2025

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021 Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não UF da UASG: RS
Objeto da compra: Contratação de matrículas em curso de capacitação profissional.
Entrega de propostas: De 14/04/2025 às 16:39 até 17/04/2025 às 07:59
Abertura da sessão pública: Dia 17/04/2025 às 08:00 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/04/2025 às 08:00:00	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	17/04/2025 às 14:11:06	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
17/04/2025 às 08:00:00	Abertura da sessão pública
17/04/2025 às 14:11:06	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Curso Profissionalizante

Curso Profissionalizante

Quantidade:	2	Valor estimado:	R\$ 1.494,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 2.988,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100	Situação:	Fracassado e Homologado

Fracassado por CPF ***.862.***-0 - LEONARDO VINICIUS DE JESUS DE ARAUJO

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
51.496.531/0001-58 - 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI UF endereço: SP	Sim	R\$ 1.494,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada:			
40.116.288/0001-89 - A G SOUSA LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 3.000,0000	Proposta desclassificada
30.661.149/0001-82 - MISTRUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 1.494,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada:			

Lances do Item 1

Nenhum lance foi registrado para o Item 1.

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/04/2025 às 14:00:06	O item 1 teve empate real para o valor 1.494,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	17/04/2025 às 14:00:06	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 14:19:04	Sr. Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:19:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
Pelo participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 15:17:05	boa tarde

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Pelo participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 15:17:25	seria possivel estender o prazo ate as 16h?
Pelo participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 15:17:36	estou formulando a proposta
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 15:19:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:19:00 de 17/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58.
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 16:05:24	Sr. Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:05:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Após solicitação feita pelo chat o prazo será estendido por mais 1 h..
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 17:05:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:05:00 de 17/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58.
Sistema para o participante 30.661.149/0001-82	22/04/2025 às 08:51:22	Sr. Fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 09:51:00 do dia 22/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de proposta assinada digitalmente e contendo catálogo em anexo..
Sistema para o participante 30.661.149/0001-82	22/04/2025 às 09:51:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:51:00 de 22/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
17/04/2025 às 14:00:05	Item com etapa aberta encerrada.
17/04/2025 às 14:00:06	Item teve empate real para o valor 1.494,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
17/04/2025 às 14:00:06	Item encerrado para lances.
17/04/2025 às 14:19:04	Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:19:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
17/04/2025 às 16:00:06	Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 1.494,0000. Motivo: Não enviou proposta..
17/04/2025 às 16:05:24	Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:05:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Após solicitação feita pelo chat o prazo será estendido por mais 1 h..
22/04/2025 às 08:51:22	Fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 09:51:00 do dia 22/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de proposta assinada digitalmente e contendo catálogo em anexo..
22/04/2025 às 15:19:53	Fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 1.494,0000. Motivo: Não enviou proposta.
22/04/2025 às 15:20:21	Fornecedor A G SOUSA LTDA, CNPJ 40.116.288/0001-89 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 3.000,0000. Motivo: Proposta acima do valor orçado..
22/04/2025 às 15:20:21	Item fracassado no julgamento / habilitação.
29/04/2025 às 10:36:55	Item homologado.

Item 2 - Curso Profissionalizante

Curso Profissionalizante

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 590,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	UNIDADE		R\$ 590,0000 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0100	Situação:	Fracassado e Homologado

Fracassado por CPF ***.862.***-0 - LEONARDO VINICIUS DE JESUS DE ARAUJO

Propostas do Item 2

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
51.496.531/0001-58 - 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI UF endereço: SP	Sim	R\$ 590,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada:			
40.116.288/0001-89 - A G SOUSA LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 2.000,0000	Proposta desclassificada
30.661.149/0001-82 - MISTRUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 590,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada:			

Lances do Item 2

Nenhum lance foi registrado para o Item 2.

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/04/2025 às 14:00:06	O item 2 teve empate real para o valor 590,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	17/04/2025 às 14:00:06	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 30.661.149/0001-82	17/04/2025 às 14:20:10	Sr. Fornecedor MISTRUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 15:20:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
Sistema para o participante 30.661.149/0001-82	17/04/2025 às 15:20:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:20:00 de 17/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor MISTRUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 16:07:36	Sr. Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 17:07:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
Sistema para o participante 51.496.531/0001-58	17/04/2025 às 17:07:00	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:07:00 de 17/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
17/04/2025 às 14:00:05	Item com etapa aberta encerrada.
17/04/2025 às 14:00:06	Item teve empate real para o valor 590,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
17/04/2025 às 14:00:06	Item encerrado para lances.
17/04/2025 às 14:20:10	Fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:20:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
17/04/2025 às 16:07:05	Fornecedor MSTRUUIA18 SERVICOS DE LIBRAS, INCLUSAO E ENSINO LTDA, CNPJ 30.661.149/0001-82 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 590,0000. Motivo: Não enviou proposta..
17/04/2025 às 16:07:36	Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 17:07:00 do dia 17/04/2025. Justificativa: Solicito o envio de propostas assinada digitalmente e contendo folder demonstrando carga horária e local de realização do curso..
22/04/2025 às 08:52:24	Fornecedor 51.496.531 MARCELA VICTORIA RODRIGUES LOPES SIMIONI, CNPJ 51.496.531/0001-58 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 590,0000. Motivo: não enviou proposta..
22/04/2025 às 08:52:53	Fornecedor A G SOUSA LTDA, CNPJ 40.116.288/0001-89 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 2.000,0000. Motivo: Proposta acima do valor orçado..
22/04/2025 às 08:52:53	Item fracassado no julgamento / habilitação.
29/04/2025 às 10:37:38	Item homologado.